



Resumo Expandido (Pôster): Eixo 7 – Educação Especial

## **LIMITES E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA NAS BASES DE DADOS DA CAPES**

Ana Luíza Casasanta Garcia– UFSC/Florianópolis\*  
Karine Raquel Halmenschlager– UFSC/Florianópolis\*\*  
Elizandro Maurício Brick– UFSC/Florianópolis\*\*\*

**Resumo:** Derivada de uma pesquisa maior, cujo objetivo era apontar limites e as potencialidades de atuação dos CMEs a partir de uma ampla revisão de literatura, este trabalho tem como intuito debater sobre como a articulação entre políticas públicas voltadas à educação especial e a atuação dos conselhos municipais da educação aparece em trabalhos indexados na base de dados da CAPES. Foi possível identificar que apenas 3 trabalhos evidenciaram, dentre os estudos localizados, a complexa relação entre Estado, CMEs e Políticas Públicas da Modalidade de Educação Especial. A partir disso, discutimos sobre a importância desta política e o fato de que, apesar de ser uma característica humana, pessoas com deficiência foram e são historicamente submetidas a uma opressão social que criam barreiras que, por muitas vezes, dificultam a viabilização do seu direito à educação.

**Palavras-chave:** Conselhos Municipais da Educação. Educação Especial e Inclusiva. Teses e Dissertações.

### **Introdução**

Mais especificamente e de acordo com documento oficial do Ministério da Educação, os conselhos de educação são órgãos do poder executivo, situados na estrutura de gestão do sistema de ensino e, na maioria dos municípios, são vinculados à Secretaria de Educação. Dessa forma, são dadas funções gerais de competência a estes órgãos: a) consultiva que diz respeito ao assessoramento ao respectivo Executivo na área de educação; b) deliberativa que se refere ao poder de decisão em matérias específicas, com competência atribuída pela lei de criação ou outros instrumentos normativos próprios; c) consultiva ou deliberativa que diz respeito à natureza da função (BRASIL, 2008). Como mediador e articulador da relação entre a sociedade e os gestores da educação municipal, os conselhos municipais da educação

\* Doutoranda no Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH na Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Psicologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina e Graduada em Psicologia na Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: [analuizagarcia@hotmail.com](mailto:analuizagarcia@hotmail.com).

\*\* Licenciada em Física pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2005). Professora na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre (2010) e Doutora (2014) em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: [karinehl@hotmail.com](mailto:karinehl@hotmail.com).

\*\*\* Professor do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor (2017) e mestre (2012) em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina, licenciado em Física (2010). Coordena o Laboratório de Novas Tecnologias (LANTEC). Participa como membro dos grupos de pesquisa CEUCI (<http://ceuci.ufsc.br/>) e GEPECISC. E-mail: [elizandromb@gmail.com](mailto:elizandromb@gmail.com).



(CMEs) estão, constantemente, atuando em conjunto com políticas públicas e sociais específicas, como, por exemplo, aquelas relacionadas à Educação Especial e Inclusiva. Sobre a existência de políticas públicas voltadas à educação especial e inclusiva, apontamos que elas surgem e são importantes na medida em que possuem como objetivo principal a diminuição das desigualdades entre sujeitos considerados “normais” e aqueles, historicamente, colocados à margem da sociedade, por serem vistos como “desviantes”.

Como apontado por Foucault (2001), a normalidade pode ser entendida tanto como uma expectativa biomédica de padrão de funcionamento da espécie quanto um preceito moral de produtividade e adequação às normas sociais. Entendemos, portanto, que a deficiência, apesar de ser uma experiência relacionada ao ciclo de vida humano, ou seja, uma experiência inerente à condição humana, sofreu e sofre uma opressão social (DINIZ, 2007). Como resultado desta opressão, barreiras sociais surgem criando impactos significativos sobre as oportunidades, capacidades e liberdades que endossam uma compreensão ética sobre o justo (DINIZ, 2007). Assim sendo, apontamos que a criação de políticas públicas relacionadas à Educação Especial e inclusiva é, deste modo, um importante movimento em prol ao combate e enfrentamento da exclusão de pessoas com deficiência no processo educativo.

Partindo desse pressuposto, o presente trabalho, derivado de uma pesquisa maior, cujo objetivo era apontar os limites e as potencialidades de atuação dos CMEs a partir de uma revisão de literatura, tem como intuito debater sobre como a articulação entre políticas públicas voltadas à educação especial e a atuação dos conselhos municipais da educação tem sido explorada no âmbito da pesquisa em educação. Espera-se que as discussões apresentadas neste estudo contribuam para indicar possibilidades e ações que as políticas públicas podem exercer no âmbito da inclusão de pessoas com deficiência na educação.

## **Materiais e métodos**

Esta pesquisa se configura como parte de um estudo maior que utilizou a revisão bibliográfica que, de natureza qualitativa (LUDKE, ANDRÉ, 1986), tem como material empírico os trabalhos encontrados no catálogo de teses e dissertações da Capes. Com um recorte temporal de 2009 a 2019<sup>1</sup>, pois o objetivo era analisar os achados mais recentes sobre o tema, foi realizada uma busca usando os termos “conselho municipal” e “conselhos municipais”. Também, para afunilar os resultados, utilizou-se como filtro de pesquisa a área da educação. No primeiro momento, foram localizados 145 trabalhos com o termo usado no singular e 69 no plural, o que totalizou 214 resultados.

---

<sup>1</sup>Consideramos o recorte de 10 anos para abranger as pesquisas mais recentes da área.



No entanto, a maioria dos trabalhos eram repetidos. Excluindo aqueles que se repetiam, totalizou-se 90 trabalhos. Com estes dados, iniciou-se um processo de refinamento dos achados, a partir das seguintes ações: (i) Leitura dos títulos; e (ii) Exclusão dos trabalhos que não faziam nenhuma relação com a educação/escola. Após essa etapa, 71 pesquisas foram selecionadas. Na sequência, um segundo refinamento da busca foi realizado e contemplou os seguintes encaminhamentos: (1) Localização e cópia dos resumos dos trabalhos; (2) Leitura dos resumos; e (3) Construção de tabela com resultados e objetivos da pesquisa presentes nos resumos;

Neste segundo refinamento, 54 trabalhos foram selecionados, considerando aqueles que evidenciaram os desafios que os CMEs enfrentam em seu cotidiano. Após isto, um terceiro refinamento foi realizado com o objetivo de classificar os trabalhos quanto a sua relação com a identificação dos possíveis desafios práticos dos conselhos municipais da educação brasileiros e estratégias de enfrentamento. Esse terceiro refinamento resultou na seleção de 36 resumos, cujos focos estão, de algum modo, relacionados a entender a prática dos conselhos municipais da educação e suas problemáticas envolvidas. Por fim, dentre esses 36 estudos identificamos 03 trabalhos que estabelecem articulação entre políticas públicas voltadas à educação especial e a atuação dos conselhos municipais da educação, a saber:

**Quadro 1: Trabalhos que apresentam relação entre políticas públicas e Educação Especial**

Teses e Dissertação por autor, orientador e fonte	Resumo do trabalho e de seus objetivos	Referencial Teórico
<p>Título: Concepções de membros do conselho municipal de educação acerca da educação da pessoa com deficiência intelectual</p> <p>Autora: Ingrid Renata Lopes Augustin</p> <p>Orientadora: Carla Beatris Valentini.</p> <p>Dissertação- Rio Grande do Sul/ Universidade de Caxias do Sul-2012</p>	<p>A presente dissertação refere-se a um estudo qualitativo sobre as percepções coletivas de educação da pessoa com deficiência intelectual de um grupo de representantes membros do Conselho Municipal de Educação (CME), de um município do Rio Grande do Sul.</p>	<p>Elias (1993, 2001, 2006, 2011) e Elias e Scotson (2000) acerca dos conceitos de figuração, interdependência e balança de poder.</p>
<p>Título: Conselho Municipal de educação: figurações, interdependências e políticas de educação especial</p> <p>Autora: Marcia Alessandra de Souza Fernandes</p> <p>Orientador: Edson Pantaleao Alves.</p> <p>Dissertação-Espírito Santo/ Universidade Federal do Espírito Santo-2016</p>	<p>O estudo analisa as inter-relações estabelecidas nas figurações do Conselho Municipal de Educação de São Mateus-ES (CME/SM), na dinâmica de definição da política municipal da educação especial, procurando conhecer aspectos relacionados à história, à estrutura, ao funcionamento, à composição e à produção normativa desse órgão a partir da instituição do Sistema Municipal de Educação, em 2004.</p>	<p>Análise textual discursiva, proposta por Moraes e Galiazzi (2007), e a abordagem conceitual de Finkelstein (2011) sobre os modelos de deficiência.</p>
<p><i>Título: Políticas Públicas na modalidade da educação especial: a atuação dos conselhos no município de Araucária-PR</i></p> <p><i>Autora: Maria Isabel da Silva Santos Buccio</i></p> <p><i>Orientadora: Maria Lourdes Gisi</i></p> <p><i>Tese- Paraná/ Pontifícia Universidade Católica do Paraná-2017</i></p>	<p>A presente tese tem como objeto de estudo a complexa relação entre Estado e sociedade, enfocando as Políticas Públicas da Modalidade de Educação Especial, face a atuação dos Conselhos Municipal de Educação, de Direito das Pessoas com Deficiência e dos Conselhos Escolares no Município de Araucária-PR</p>	<p><i>concepções de Estado, a criação e a gestão de políticas públicas apresentadas pelos estudiosos Nicos Poulantzas (1968, 1971, 1978) e Norberto Bobbio (1982, 1987, 1988).</i></p>

**Fonte:** Elaboração dos autores



## Discussão dos resultados

A partir da análise do que evidenciam os estudos, entendemos, em primeiro lugar, que eles demonstraram o importante papel que o CME possui na confecção e efetivação de uma política pública de educação especial. Os CMEs, por ser um órgão composto por diversos segmentos da sociedade civil, com atribuições como de normatização, regulamentação, acompanhamento e fiscalização, eles possuem um papel significativo de exercer a democratização e efetivação de políticas, sociais ou públicas, voltadas à educação. Sobre as políticas públicas sobre educação especial, os estudos evidenciaram dificuldades dos CMEs, na gestão dela. Segundo a dissertação intitulada “Concepções de membros do conselho municipal de educação acerca da educação da pessoa com deficiência intelectual”, de 2012, “os conceitos de inclusão de alunos com DI, ainda, estão em processo de constituição” e “o fato de encontrarmos alunos frequentando escolas comuns não significa que eles estejam de fato incluídos nos processos de ensino e aprendizagem, proporcionados pela escola”.

Ainda, inferimos que é necessário efetivar e ampliar espaços para a promoção do direito dos estudantes com deficiência. No entanto, tal como aponta a dissertação “Conselho Municipal de educação: figurações, interdependências e políticas de educação especial”, não é suficiente apenas a atuação dos CMEs nesta questão. Como apontado por Gesser (2013), as práticas em políticas públicas devem estar direcionadas a um horizonte ético, que, para além da promoção da equidade, deve potencializar o sujeito e o reconhecimento de sua humanidade. Dessa forma, apontamos que o trabalho em prol de uma reforma ética e moral sobre dispositivos que sustentam a não garantia de pessoas com deficiência na educação deve questionar práticas normalizantes, acolher as diversidades e modos de ser e incluir as diferentes coletividades no controle social.

## Considerações finais

Partindo do pressuposto de que os CMEs são órgãos responsáveis em assumir funções regimentais que buscam contribuir com as políticas públicas educacionais municipais, este trabalho teve como objetivo apresentar estudos encontrados no banco de dados da CAPES que problematizam ou evidenciam a atuação destes órgãos na educação especial e inclusiva. Identificamos que poucos trabalhos enfocam esse tema tão importante para a promoção de cidadania. Portanto, apontamos que trazer discussões sobre os possíveis entraves que os espaços públicos dados pelos Conselhos Municipais de Educação possuem em relação a esta temática permite aprofundar conhecimentos sobre o tema, bem como identificar melhores formas e caminhos de trabalho.



Sobre as políticas públicas, sinalizamos a importância delas caminharem suas ações para o reconhecimento inicial do outro como parte do humano, diminuindo assim sua precariedade e ampliando as condições para apreender vidas que são taxadas como “impossíveis”. Acreditamos que fazer existir a diferença, a multiplicidade e a singularidade trazem à tona uma subversão e resistência que tecem cenas que legitimam as múltiplas concepções de deficiência (MORAES, 2010). Por fim, destacamos sobre a função que a escola, a rede de proteção e os CMEs possuem no fazer acontecer essa mudança social, conceitual e prática.

## Referências

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (C.M.E.SO). *Conselho Municipal de Educação de Sorocaba*. Disponível em: <<http://www.C.M.E.so.org/>>. Acessado em: 2 dez.2019.

DINIZ, D. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FOUCAULT, M. *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GESSER, M. Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do psicólogo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 33, núm. esp., p. 66-77. 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282029397008>. Acesso em: 03 Out. 2016.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária - EPU EPU, 1986.

MORAES, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, M.; & KASTRUP, V. (Orgs.). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010, p. 26-51.



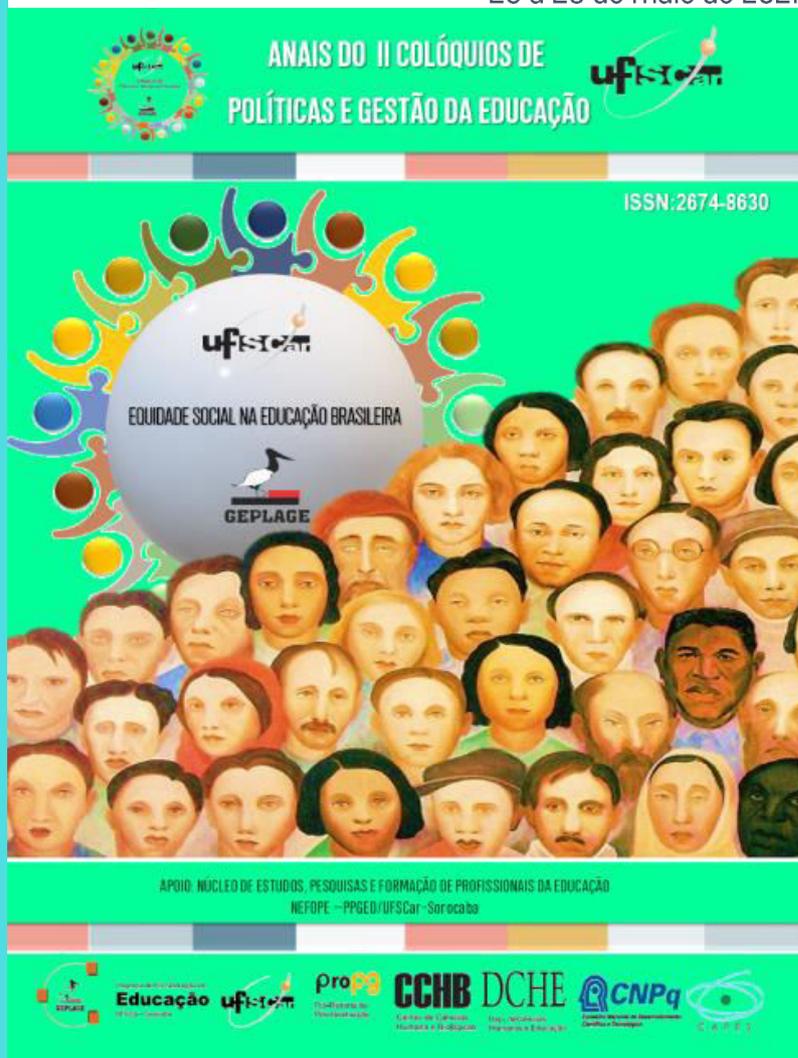
2021 Coloque em sua Agenda  
Vou pra Sorocaba - SP

FOI MARAVILHOSO CONTAR COM VOCÊS EM NOSSO EVENTO – AINDA QUE DE FORMA REMOTA. ESPERAMOS VOCÊS NO II COLÓQUIOS DE 25 A 28 DE MAIO DE 2021.

## II COLÓQUIOS DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

### Equidade social na educação brasileira

25 a 28 de maio de 2021



<https://doity.com.br/ii-colquios-de-politicas-e-gesto-da-educao>

Informações:

[geplageufscar@gmail.com](mailto:geplageufscar@gmail.com)

What



<https://doity.com.br/ii-colquios-de-politicas-e-gesto-da-educao>